

RESUMO - GT3: ESPAÇOS PARTICIPATIVOS NA CIDADE: PRÁTICAS E
REINVENÇÕES DA DEMOCRACIA URBANA

INCLUSÃO URBANA, DIREITO À CIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA

Caio Victor Marculino De Cerqueira (caio.cerqueira@ufpe.br)

As cidades, em seu constante processo de expansão e transformação, tornaram-se palco de tensões sociais que revelam, de modo cada vez mais nítido, as contradições entre o ideal democrático de inclusão e a prática excludente das políticas urbanas. O espaço urbano, historicamente moldado por interesses econômicos, políticos e simbólicos, reflete as disputas de poder e a desigualdade estrutural que define quem pode — e quem não pode — usufruir plenamente do direito à cidade.

O estudo analisa a relação entre inclusão urbana, direito à cidade e segurança cidadã, considerando os espaços públicos como territórios de convivência e de disputa simbólica. O trabalho parte da compreensão de que a cidade é produto e reflexo das relações sociais, e que a apropriação de praças, parques e ruas expressa tanto o exercício da cidadania quanto as desigualdades que limitam o acesso ao espaço coletivo. O objetivo central foi investigar de que modo a revitalização de áreas urbanas pode promover inclusão social e sensação de segurança, tomando o direito ao lazer e à convivência como elementos constitutivos da cidadania. A pesquisa, de natureza bibliográfica, baseou-se na análise crítica de produções teóricas sobre urbanismo, sociabilidade e políticas públicas, articulando contribuições de diferentes campos do conhecimento. O método adotado consistiu em revisar e confrontar concepções acerca do desenho urbano e das práticas de gestão territorial voltadas à segurança e à

participação social. Os resultados indicam que a vitalidade dos espaços públicos está diretamente associada à diversidade de usos e à presença contínua das pessoas, o que reforça a segurança e o sentimento de pertencimento. Constatou-se que a requalificação urbana, quando conduzida de modo participativo, favorece a convivência e reduz a vulnerabilidade social, mas, quando guiada por lógicas tecnocráticas, pode intensificar processos de exclusão. Conclui-se que a inclusão urbana e a segurança cidadã dependem da valorização da diversidade e da consolidação de políticas voltadas à convivência democrática.

Palavras-chave: palavras-chave: inclusão urbana direito à cidade segurança cidadã.